

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota do Autor	XVII
Parte I – Prolegômenos	1
Capítulo I – Controle Social	3
Capítulo II – O Poder-Dever de Punir	13
2.1. O poder-dever do Estado	13
2.2. Fundamentos do poder-dever de punir.	16
2.3. Limites do poder de punir	20
2.3.1. Valores penalmente tutelados	21
2.3.2. Subsidiariedade, <i>ultima ratio</i> e fragmentariedade	25
2.3.3. A ancoragem constitucional	26
2.3.4. O princípio da proporcionalidade	29
2.3.5. Direito Penal do fato	33
2.3.6. O princípio da legalidade	35
2.3.7. Responsabilidade subjetiva.	39
Capítulo III – Finalidade e Significado da Pena	41
3.1. As diversas perspectivas	41
3.2. O pensamento da doutrina	44
3.2.1. Ideias retribucionistas: Kant, Rossi e Bettiol	44
3.2.2. A velha e a nova defesa social.	48
3.2.3. As ideias de prevenção geral	51
3.2.4. Ideias de reafirmação do Ordenamento.	53
3.2.5. Posição axiológico-concreta	54
Capítulo IV – Ciência do Direito e Ciência Penal	59
4.1. A Ciência do Direito Penal e sistema.	59
4.2. Criminologia	63
4.3. A Política Criminal.	70
Capítulo V – Fontes do Direito e Interpretação	75
5.1. Fontes e modelos	75

5.2. As normas penais	77
5.3. O processo de concreção de cada espécie de norma	78
5.4. O modelo jurídico consuetudinário	80
5.5. O modelo jurisprudencial.	82
5.6. A interpretação em matéria penal.	84
5.6.1. A interpretação literal	85
5.6.2. As interpretações lógica, restritiva e extensiva.	86
5.6.3. A interpretação sistemática	88
5.6.4. A interpretação teleológica	89
5.6.5. Interpretação como concreção	90
5.7. A interpretação analógica.	91
5.8. A “arma de brinquedo” e analogia	93
5.9. Admissão da analogia	94
5.10. Analogia em causa justificante.	95
5.11. Analogia em causa de isenção de pena	96
 Capítulo VI – Lei Penal no Tempo	 97
6.1. Nascimento, vida e morte da lei.	97
6.2. Irretroatividade e não ultra-atividade.	98
6.3. Hipóteses de retroatividade e de ultra-atividade	99
6.4. Leis excepcionais e temporárias	101
6.5. Lei penal em branco.	101
6.6. Crime permanente, habitual e continuado	102
6.7. A medida de segurança.	102
6.8. O tempo do crime.	103
6.9. Medida Provisória	103
 Capítulo VII – Lei Penal no Espaço	 105
7.1. O âmbito do território	105
7.2. Os princípios orientadores	106
7.3. O lugar do crime	107
7.4. Hipóteses de extraterritorialidade	108
7.5. Pena cumprida no estrangeiro	111
7.6. A sentença penal estrangeira	112
7.7. A extradição	112
7.8. O Tribunal Penal Internacional	115
 Parte II – Estrutura do Delito	 121
 Capítulo I – Ancoragem do sistema	 123
1.1. Estrutura do delito e segurança jurídica.	123
1.2. Teoria final da ação e divergências com Welzel.	126
1.3. As concepções normativas da ação	130

Capítulo II – O Tipo Penal	133
2.1. A formação do tipo	133
2.2. A tipicidade e a relação com a antijuridicidade	135
2.3. Compreensão axiológica da ação e do tipo	138
2.4. Os elementos do tipo	140
2.4.1. Elementos subjetivos	140
2.4.2. Elementos normativos	140
2.5. A adequação típica	144
2.6. Qual a estrutura do delito?	144
 Capítulo III – Antijuridicidade: Causas de Exclusão	 147
3.1. O ilícito pessoal	147
3.2. A adequação social	150
3.3. Legítima defesa	152
3.3.1. Delimitação da questão	152
3.3.2. A agressão: ação e omissão	153
3.3.3. A injustiça da agressão	153
3.3.4. A provocação da agressão	155
3.3.5. Os direitos que podem ser defendidos	155
3.3.6. Atualidade e iminência	156
3.3.7. Proporcionalidade entre os bens	156
3.3.8. Necessidade dos meios	157
3.3.9. Moderação no uso dos meios	157
3.3.10. Elemento subjetivo	158
3.3.11. A natureza e os valores da figura permissiva	158
3.4. O estado de necessidade	159
3.4.1. Conceito de perigo	159
3.4.2. Não provocação do perigo	161
3.4.3. Inevitabilidade	163
3.4.4. Exigência razoável de não sofrer o sacrifício	165
3.4.5. Estado de necessidade em favor de terceiro	166
3.4.6. O dever de arrostar o perigo	168
3.4.7. A minorante do art. 24, § 2º, do Código Penal	169
3.4.8. <i>De lege ferenda</i>	169
3.5. Estrito cumprimento de dever legal	170
3.6. Exercício regular de um direito	171
3.7. O consentimento do ofendido	173
 Capítulo IV – Culpabilidade: Causas de Exclusão	 177
4.1. Evolução do conceito de culpabilidade	177
4.1.1. As circunstâncias anormais	178
4.1.2. Culpabilidade e o homem médio	179
4.1.3. Reprovação pelo poder de agir diversamente	180

4.1.4. Vontade do ilícito e vontade ilícita	181
4.1.5. O pensamento de Aníbal Bruno	182
4.1.6. A culpabilidade como limite da pena	183
4.1.7. A culpabilidade da pessoa	185
4.1.8. Validade ou negatividade da opção: carência de punição	186
4.2. Causas de exclusão da culpabilidade	189
4.2.1. Coação irresistível	189
4.2.2. A coação irresistível na doutrina brasileira	190
4.2.3. Fundamento da coação irresistível	193
4.2.4. Obediência hierárquica	195
4.2.5. Legítima defesa frente à ação do subordinado	198
4.2.6. Erro de proibição	198
4.2.7. Teoria do dolo	199
4.2.8. Teoria da culpabilidade	199
4.2.9. Teoria extrema da culpabilidade	200
4.2.10. Teoria limitada da culpabilidade	201
4.2.11. Erro de permissão	201
4.2.12. Posição do Código	202
4.2.13. Hipótese de erro de proibição	203
 Capítulo V – Imputabilidade	 205
5.1. Pressuposto da ação	205
5.2. Base biopsicológica	207
5.3. Semi-imputabilidade	209
5.4. Menoridade	210
5.5. Emoção e embriaguez	212
5.6. <i>Actio libera in causa</i>	214
 Capítulo VI – Crime Comissivo e Omissivo Doloso	 217
6.1. Dolo	217
6.1.1. Vontade e conhecimento	217
6.1.2. Objeto do dolo	219
6.1.2.1. Ação e omissão	219
6.1.3. Elementos normativos	222
6.1.4. Conteúdo valorativo da ação	223
6.1.5. Verificação do dolo	224
6.1.6. Formas do dolo: dolo eventual	224
6.1.7. Dolo de perigo	226
6.1.8. Condições objetivas de punibilidade	227
6.2. Erro de tipo	227
6.2.1. Erro não essencial	229
6.2.2. Discriminantes putativas	229
 Capítulo VII – Comportamento Comissivo e Omissivo Culposos	 231
7.1. A ação culposa	231

7.1.1. Coeficiente psíquico e resultado	236
7.1.2. Risco permitido e princípio da confiança	237
7.1.3. Imputação objetiva	238
7.2. Crime omissivo culposo.	239
7.3. Estado de necessidade e culpabilidade	240
7.4. Culpa consciente	241
 Capítulo VIII – Crime de Resultado Material e Nexos de Causalidade.	 243
8.1. Crime de ação e de evento	243
8.2. Nexos de causalidade	244
8.2.1. A causalidade adequada	246
8.2.2. Equivalência das condições	249
8.2.3. Análise das duas teorias	250
8.2.4. Causa superveniente e a condicionalidade adequada	252
8.3. Crime comissivo por omissão	255
8.3.1. Omissão.	255
8.3.2. A omissão como causa	257
8.3.3. A omissão relevante	258
8.3.4. O dever de agir	259
8.3.5. O poder de agir	262
8.4. Crime qualificado pelo resultado.	263
 Capítulo IX – Outras Formas de Crime	 267
9.1. Crime formal	267
9.2. Crime instantâneo, permanente, instantâneo de efeito permanente e o momento consumativo	269
9.3. Crime complexo.	272
9.4. Crime progressivo	274
9.5. Crime de perigo	275
9.6. Crime habitual	277
 Capítulo X – Tentativa	 279
10.1. Crime consumado e tentado: todo e parte	279
10.2. A figura típica da tentativa e o elemento subjetivo	281
10.3. Idoneidade e univocidade dos meios	284
10.4. Atos preparatórios e de execução.	285
10.5. Reserva legal e limites de relevância	286
10.6. Fundamento	288
10.7. Tentativa e as formas de crime.	289
10.8. Pena na tentativa	291
 Capítulo XI – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.	 293
11.1. Não consumação pela própria vontade	293

11.2. Fundamento	294
11.3. Natureza jurídica	297
11.4. Voluntariedade	298
11.5. Arrependimento posterior	300
Capítulo XII – Crime Impossível	303
12.1. Não tipificação da tentativa	303
12.2. Inidoneidade do meio e impropriedade do objeto	305
12.3. Teoria subjetiva	307
Capítulo XIII – Concurso de Pessoas	309
13.1. Autoria e participação	309
13.2. A posição do Código Penal com a Reforma de 1984.	314
13.3. Acordo de vontades	315
13.4. Norma extensiva	317
13.5. Ações neutras ou cotidianas	318
13.6. Concurso em crime culposos	319
13.7. Concurso de pessoas no crime omissivo	321
13.8. Comunicabilidade das circunstâncias	321
13.9. Participação em crime menos grave	322
13.10. Concurso necessário.	323
Parte III – Teoria das Sanções	325
Capítulo I – Pena Privativa de Liberdade	327
1.1. O mundo prisional	327
1.2. Reclusão e detenção.	336
1.3. Os regimes de execução penal e o sistema progressivo.	337
1.3.1. O regime fechado	337
1.4. Trabalho do preso.	338
1.5. Exame criminológico inicial	340
1.6. Participação da comunidade	342
1.7. Direito do preso	343
1.8. O regime semiaberto	343
1.9. Regime aberto	345
1.10. Regime inicial de cumprimento de pena	353
1.11. O sistema progressivo	354
1.12. Regime especial	358
1.13. Superveniência de doença mental	359
1.14. Detração.	360
Capítulo II – Pena Restritiva de Direitos	363
2.1. As penas restritivas, antecedentes e legislação estrangeira	363

2.2. As penas restritivas no Brasil.	371
2.3. A legislação em vigor.	373
2.4. Análise da Lei nº 9.714/98 e os critérios para a substituição.	374
2.5. As penas restritivas em espécie.	378
2.5.1. A prestação de serviços à comunidade.	378
2.6. A experiência da prestação de serviços.	380
2.7. Pena de prestação pecuniária.	382
2.8. Pena de perda de bens e valores.	384
2.9. A pena de interdição temporária de direitos.	386
2.10. A pena de limitação de fim de semana.	388
2.11. Conversão da restritiva em privativa.	389
 Capítulo III – Pena de Multa.	 393
3.1. A pena de multa substitutiva.	396
3.2. O sistema de dias-multa e a aplicação da pena.	397
3.3. Abolição da conversão em pena privativa.	398
 Capítulo IV – Cominação das Penas.	 401
4.1. Penas restritivas de direitos.	401
4.2. Pena de multa.	404
 Capítulo V – Aplicação da Pena.	 405
5.1. Fixação da pena.	405
5.2. Critérios especiais da pena de multa.	414
5.3. Circunstâncias agravantes.	415
5.4. Reincidência.	417
5.5. Agravantes do concurso de pessoas.	422
5.6. Circunstâncias atenuantes.	424
5.7. Concurso de circunstâncias.	427
5.8. Causas de aumento e de diminuição.	427
5.9. Cálculo da pena.	429
 Capítulo VI – Concurso de Crimes.	 431
6.1. Crime continuado.	436
6.2. Erro na execução.	441
6.3. Limite das penas.	444
 Capítulo VII – Suspensão Condicional da Pena.	 447
7.1. Notas históricas.	447
7.2. Natureza jurídica.	449
7.3. Espécies de suspensão condicional.	452

7.4. Requisitos da suspensão condicional	453
7.5. Execução e conversão do <i>sursis</i>	456
Capítulo VIII – Livramento Condicional	459
8.1. O livramento condicional na legislação.	459
8.2. Requisitos do livramento condicional	462
8.3. Condições impostas na concessão do livramento condicional	466
8.4. Revogação do livramento condicional.	468
8.5. Extinção da pena	469
Capítulo IX – Efeitos da Condenação e Reabilitação	473
9.1. Efeitos da condenação	473
9.2. Indenização pelo dano	473
9.3. Perda dos instrumentos do crime	475
9.4. Reabilitação	478
9.5. Requisitos da reabilitação	479
9.6. Objeto e consequências da reabilitação	482
9.7. Renovação e revogação da reabilitação	483
Capítulo X – Medidas de Segurança.	485
10.1. Breve histórico	485
10.2. Defensismo social	489
10.3. Pontos em comum	492
10.4. Pontos específicos	493
10.5. Repercussão na teoria do delito	496
10.6. Princípios garantistas e a medida de segurança	497
10.7. Tempo de duração	500
10.8. Individualização da execução	501
10.9. Cessação da doença e desinternação condicional	502
10.10. As medidas de segurança e os direitos do internado	503
10.11. Prescrição e medida de segurança	504
Capítulo XI – Extinção da Punibilidade	507
11.1. Morte	508
11.2. Anistia – graça – indulto	509
11.3. Descriminalização	511
11.4. Decadência e perempção	512
11.5. Renúncia ao direito de queixa e perdão	513
11.6. Retratação.	514
11.7. Perdão judicial	514
11.8. Prescrição.	516
11.8.1. Natureza.	516

11.8.2. A <i>ratio</i> da prescrição	517
11.8.3. A prescrição em abstrato	519
11.8.4. Prescrição da pena em concreto	521
11.8.5. Prescrição retroativa	522
11.9. Causas impeditivas ou suspensivas	524
11.10. Causas interruptivas	525
11.11. Prescrição da pena de multa	525
11.12. Prescrição das penas restritivas	526
11.13. Âmbito da extinção da punibilidade	526
Bibliografia	527